

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

edp

Renewables

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: a) https://www.diariodenoticias.com.br

Declaração do auditor independente

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de

dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.diariodenoticias.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2024, sem modificações.

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	53.931	49.483
Concessionárias	8	8.450	6.949
Impostos a compensar	9	213	274
Cauções e depósitos vinculados	11	2	1.289
Material para uso e consumo	12	351	351
Adiantamento a fornecedores	13	75	76
Despesas antecipadas	14	140	125
Outros créditos	14	806	815
		<u>63.969</u>	<u>59.362</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	10	9	9
Cauções e depósitos vinculados	11	9.788	9.175
Outros créditos	14	3.905	4.465
Imobilizado	15	336.071	342.648
Intangível	16	634	678
		<u>350.407</u>	<u>356.976</u>
		<u>414.376</u>	<u>416.338</u>
Total do ativo			
Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	50.258	46.715
Custo do serviço de energia elétrica	23		
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(7.694)	(7.126)
Energia elétrica comprada para revenda		(633)	(527)
		<u>(8.227)</u>	<u>(7.654)</u>
Custo de operação	23		
Depreciações e amortizações		(13.345)	(13.361)
Materiais e serviços de terceiros		(11.646)	(10.830)
Outros custos de operação		(893)	(598)
		<u>(25.874)</u>	<u>(24.789)</u>
		<u>(34.101)</u>	<u>(32.443)</u>
		<u>16.157</u>	<u>14.273</u>
Lucro bruto	23		
Despesas e Receitas			
Despesas gerais e administrativas		(190)	(207)
Outras despesas e receitas		(40)	(18)
		<u>(231)</u>	<u>(226)</u>
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		<u>15.926</u>	<u>14.047</u>
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		5.327	4.705
Despesas financeiras		(16.042)	(16.769)
		<u>(10.715)</u>	<u>(12.064)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>5.211</u>	<u>1.938</u>
Tributos sobre o lucro	25		
Correntes		(3.355)	(3.068)
Diferidos		-	(280)
		<u>(3.355)</u>	<u>(3.347)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>1.855</u>	<u>(1.365)</u>
Aos Administradores e Acionistas Central Eólica JAU S.A.			
Opinião			
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica JAU S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.			
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").			
Base para opinião			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras			
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela			
Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar			

Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.211	1.983
Depreciações e amortizações	13.345	13.366
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14.360	15.042
Juros de provisões para desmantelamento	321	347
Ajuste a valor presente de arrendamento - IFRS 16	1.538	1.318
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	(7.359)	6.673
	<u>27.416</u>	<u>38.274</u>
Variações em:		
Concessionárias	5.858	(1.278)
Impostos a compensar	61	32
Despesas pagas antecipadamente	545	40
Adiantamento a fornecedores	1	435
Materiais de consumo	-	(161)
Outros créditos	8	591
Fornecedores	(691)	316
Impostos a pagar	(658)	(691)
Outras contas a pagar	5.972	6.439
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>38.512</u>	<u>44.247</u>
Juros pagos	(12.468)	(13.394)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.549)	(4.070)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>23.496</u>	<u>26.783</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções depósitos vinculados	674	(1.316)
Baixa de imobilizado e intangível	-	(2.092)
Adições ao imobilizado e intangível	(6.331)	849
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5.657)</u>	<u>(2.559)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JSCP pagos	-	(2.884)
Partes relacionadas	(21)	-
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(13.370)	(13.229)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(13.391)</u>	<u>(16.113)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.448</u>	<u>8.112</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.931	49.483
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.483	41.371
	<u>4.448</u>	<u>8.112</u>
DIRETORIA		
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho		
Diretor		
CONTADOR		
Alfredo Antônio Tessari Neto		
Contador CRC: 1SP176534/O-5		

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtenemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de demonstração operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers

Auditor Independente Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia

Contador

CRC 1BA029904/O-5

edp

Renováveis

</

Bolsas da Europa fecham sem sinal único, com tensões e dirigentes de BCs no radar

As bolsas da Europa fecharam sem sinal único na última sexta-feira, em uma sessão que começou com aversão a riscos por conta das tensões no Oriente Médio, mas que foi abandonando a cautela aos poucos, na medida em que prevaleceu a visão de que uma eventual escalada do conflito seria contida. Além disso, houve a declaração de dirigentes de bancos centrais da região, com destaque para a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, que falou sobre corte de juros diante do processo de desinflação.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,11%, a 499,16 pontos. Em Paris, o CAC 40 caiu 0,01%, a 8.022,41 pontos. Em Lisboa, o PSI 20 teve queda de 0,51%, a pontos. Em Madri, o Ibex 35 recuou 0,33%, a 10.729,50 pontos.

Lagarde afirmou que a instituição poderá cortar juros à frente, se ampliar a confiança de que a inflação converge à meta de 2% na zona do euro. De qualquer forma, ela reforçou o compromisso da entidade em seguir guiada pela evolução dos dados econômicos. “O Conselho não está pré-comprometido com uma trajetória particular para a taxa”, afirmou. Outro dirigente do BCE, Edward Scicluna avaliou que junho é o mês “mais provável” em que o comando do BCE concordará em começar a cortar os juros. Segundo ele, não há motivo para manter as taxas nos níveis atuais, já que a inflação caminha para a meta de 2%.

O dirigente do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) Dave Ramsden expressou ter ficado menos preocupado com o progresso na inflação no Reino Unido nos últimos meses. Ramsden contou que temia durante boa parte de 2023, que a economia britânica estivesse descolada dos EUA e zona do euro em termos de desinflação. Agora, porém, ele disse que o Reino Unido se parece mais como um player "atrasado".

G7 emite comunicado preocupado com 'políticas não mercantis' da China

O G-7 está preocupado com o fato de as políticas e práticas não mercantis da China estarem conduzindo a um excesso de capacidade prejudicial, que prejudica os “nossos trabalhadores, as nossas indústrias e a resiliência econômica”. Em comunicado, o grupo das sete economias mais desenvolvidas do mundo diz que uma China em crescimento que cumpre as regras internacionais seria de interesse global. “Não estamos nos dissociando ou nos voltando para dentro”, afirma o documento, publicado após reunião dos ministros das Relações Exteriores do G7. Reiteramos a importância de garantir condições de concorrência equitativas e um ambiente de negócios transparente, previsível e justo, aponta o G7. “O respeito pelo sistema comercial multilateral baseado em regras e em princípios de mercado tem de ser a marca das nossas relações, para proteger os nossos trabalhadores e empresas de políticas e práticas injustas e não mercantis, incluindo a transferência forçada de tecnologia ou a divulgação ilegítima de dados, que distorcem o economia global e prejudicam a concorrência leal”, diz o documento. “Protegeremos os nossos trabalhadores e comunidades empresariais de práticas injustas, incluindo aquelas que levam ao excesso de capacidade, criam vulnerabilidades na cadeia de abastecimento e aumentam a exposição à coerção econômica, uma vez que reconhecemos que a resiliência econômica exige redução de riscos e diversificação sempre que necessário”, afirma o grupo.